

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.024 - SP  
(2019/0234551-4)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : DOROTI VICTORELLI**  
**ADVOGADOS : WELLENGTON CARLOS DE CAMPOS - SP080469**  
**CYNTIA NOVELLO JACOMASSI - SP162574**  
**ADELIA HEMMI DA SILVA E OUTRO(S) - SP184904**  
**AGRAVADO : KALEDE MOHAMAD FARES**  
**ADVOGADOS : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS - SP011178**  
**ROGERIO LINDENMEYER VIDAL GANDRA DA S MARTINS -**  
**SP114694**  
**ADVOGADOS : ROBERTA DE AMORIM DUTRA - SP235169**  
**NATHALIA ANTUNES COCENAS - SP353863**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUPOSTA PRÁTICA DE DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA. DANO MORAL NÃO RECONHECIDO NA ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem como mediante análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela improcedência do pedido da autora, entendendo inexistente "*ato ilícito praticado pela ré e dano moral efetivo sofrido pela autora*", considerando que "*não restou comprovado nos presentes autos que a apelada foi responsável pela deflagração do Procedimento Investigatório Criminal – PIC pelo Ministério Público, eis que a denúncia se deu de forma anônima*" e que a "*apelada agiu em exercício regular de direito, não tendo a apelante logrado comprovar, e nem restou evidente da análise da documentação coligida, que a apelada tenha agido de má-fé, motivado por questões de ordem pessoal, com intuito de prejudicar a autora*". Eventual modificação do entendimento lançado no acórdão recorrido demandaria incursão no suporte fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. A questão relativa à alegada violação do segredo de justiça não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, tampouco foi suscitada nos embargos declaratórios opostos, faltando o indispensável prequestionamento da matéria.

3. À minguada da oposição de embargos de declaração ao acórdão recorrido, é inviável o recurso especial quanto à alegada ofensa

ao art. 1.022 do CPC/2015 (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator